

A MINHA MORTE TAMBÉM É TUA

Nota da Comissão Diocesana Justiça e Paz Sobre a despenalização da morte assistida

A Assembleia da República Portuguesa prepara-se para, no próximo dia 20 de Fevereiro, debater a despenalização da morte assistida. Como sempre, em assuntos sensíveis propagam-se ondas de choque e a discussão está a alastrar tanto nas redes sociais como nos media clássicos. É bom que assim seja, dentro dos limites razoáveis, uma vez que o alargamento do debate a um número mais amplo de cidadãos é sempre positivo.

A questão não é simples, como pretendem deixar transparecer algumas posições mais radicais tanto de um lado como do outro. Pretende-se, acima de tudo, um debate sereno e esclarecedor, que nos ajude a discernir, e não uma campanha de *slogans* que apenas servem para desacreditar a posição contrária e não clarificar a própria.

A posição da Igreja perante a eutanásia tem-se mantido constante ao longo do tempo. Esta posição baseia-se no princípio da inviolabilidade da vida humana desde o seu início até ao seu fim natural. “Não matarás” não é apenas um mandamento religioso mas um princípio básico da moral natural, isto é, da lei que é comum a todos os homens de todos os tempos, e consagrado, já no século XX, na Carta dos Direitos Humanos. Isto significa que qualquer ação para suprimir a vida de um ser humano, seja em que circunstâncias forem, é sempre um ato intrinsecamente mau. Ora, “se é lícito, por vezes, tolerar o mal menor para evitar um mal maior ou para promover um bem superior, nunca é lícito, nem sequer por razões gravíssimas, fazer o mal para que daí provenha o bem” (*Humanae Vitae*, 14). Em palavras simples, os fins, por bons que sejam, não justificam os meios. Este é o princípio básico, estrutural, que norteia a posição da Igreja em várias temáticas como, por exemplo, o aborto ou, neste caso, a eutanásia. Infligir a morte a alguém, por mais misericordiosa que ela seja, será sempre um mal, por menos mal que seja.

A Doutrina Social da Igreja defende que há valores humanos irreduzíveis, que não podem ser sujeitos a exceções, sob pena de uma derrapagem civilizacional niilista, onde o único valor inquestionável será o da suprema liberdade individual. A liberdade é um valor situado, complexo, cuja orientação não é a mesma ao longo da vida. Não existe liberdade pura. E quem escolhe morrer não foi levado a isso apenas pelo sofrimento, tal como quem se suicida. Há uma sociedade da solidão e do abandono, que condiciona profundamente as escolhas de quem nela está inserido. Por outro

lado, há sempre algo que se pode fazer melhor: há muito que apostar nos cuidados paliativos, há muito que fazer ainda. É por isso que a eutanásia é, de alguma forma, uma derrota humana, porque está na natureza humana dar tudo pela vida e nunca pôr a morte (o ato de matar) como equação.

Acrescem várias contingências, para além do princípio fundamental da inviolabilidade da vida, que passamos a enumerar.

1. A situação atual dos cuidados paliativos no nosso país deixa muito a desejar. Em Portugal, apenas 30% dos doentes que necessitam de cuidados paliativos têm possibilidade de aceder a eles. Despenalizar a eutanásia não significa obrigar ninguém a morrer, mas fazê-lo quando o sistema de cuidados paliativos é tão precário pode implicar a banalização da eutanásia: pessoas que, sem acesso aos cuidados paliativos, eventualmente mais pobres e excluídas, mais sós e abandonadas à sua dor solitária, vejam na morte a única saída. Não estão, na prática, esgotadas todas as possibilidades antes da eutanásia.
2. Exemplos mais ou menos claros de derruição do valor da vida são-nos dados pela Bélgica e Holanda. A Bélgica despenalizou a eutanásia em 2002 e, de então para cá, o número de casos de eutanásia é oito vezes maior do que no princípio. Há bons cuidados paliativos mas parece que a eutanásia se está a tornar na melhor forma de morrer: é o que se chama a “rampa deslizante”. Isso é catastrófico, até porque já é possível a eutanásia a menores e a doentes do foro mental. O que se está a passar na Bélgica é a banalização da eutanásia. Qual é o passo seguinte? O outro exemplo é o da Holanda: vai a debate o comprimido *Dion*, uma pílula, distribuída gratuitamente a todas as pessoas de 70 anos ou mais, para usarem quando acharem que chegou o momento de morrer. “Muitas pessoas encontrariam uma grande tranquilidade se pudessem ter um meio para pôr fim às suas vidas de uma maneira aceitável num momento em que para eles seja o mais adequado”, dizem. É assim que uma civilização começa a derruir: pela diluição dos seus valores fundamentais. O que nos dirá o futuro? O princípio da liberdade individual (o direito a escolher a forma como se quer morrer) começa neste caso extremo que estamos a discutir: em caso de sofrimento insuportável e na proximidade de uma morte inevitável, devo ter o direito a que alguém me possa ministrar uma morte digna. Não sabemos onde e como acaba nem quais os próximos episódios.
3. Acresce o facto de a Assembleia da República discutir a despenalização da eutanásia sem ouvir o parecer da Comissão de Ética para as Ciências da Vida, órgão com reconhecida autoridade para se

pronunciar sobre a matéria. A eutanásia não é uma questão apenas nem principalmente política. E vai ser discutida por deputados eleitos por partidos que, na sua maioria, não incluíram a despenalização da morte assistida nos seus programas. Neste sentido, um referendo à eutanásia, não sendo a opção ideal, porque a vida não se referenda nem deve ser objeto puro e simples de opinião pública, permite – assim esperamos – um debate aberto na sociedade portuguesa, com contributos de todos os quadrantes, sem pressas nem decisões eventualmente precipitadas.

A Comissão Diocesana Justiça e Paz está consciente de que quem defende a despenalização da morte assistida, perante a nossa posição, tem um argumento dificilmente refutável, que é o seguinte: que direito tem a sociedade, ou o Estado, de me impedir de, em caso de morte próxima e inevitável e num sofrimento insuportável, eu tenha a possibilidade de escolher uma morte pacífica, pedindo que alguém me ajude a morrer?

A Igreja não pode deixar de olhar com misericórdia e – podemos dizê-lo – angústia para o calvário em que muitos doentes se encontram, sem esperança de cura, aprisionados a um corpo que só lhes traz sofrimento. Seria, no mínimo, desumano, julgar a atitude de quem, em tais circunstâncias, pede que lhe aliviem o sofrimento, nem que seja com a morte. Não se trata de julgar ou condenar quem quer que seja. Trata-se de constatar que, nesses casos, mesmo os mais extremos, temos o dever de tudo fazer, não temos o direito de pisar uma linha vermelha que deve ser um marco civilizacional: nenhum homem, nenhum Estado tem o direito de eliminar a vida humana.

Toda a liberdade é frágil e sujeita a muitas condicionantes. O que dói na dor não é a dor em si, mas a falta de um ombro onde chorar essa dor. Falamos da imensa solidão com que morrem imensas, demasiadas pessoas nos nossos tempos. Como dizia o Cardeal Tolentino, “o sofrimento é vivido de modo diferente quando é acompanhado com amor e agrava-se quando é abandonado à solidão” (*Revista E, Expresso*, 2467).

Ir contra o primado da vida, na guerra, nos lugares da fome, no aborto, na pena de morte, no suicídio, na própria escolha livre de morrer, é atentar contra a Humanidade de todos os seres humanos. Nenhum homem é uma ilha.